

1 Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, às dezesseis horas,
2 na sede do Conselho Federal de Psicologia - CFP, situado no Setor de Administração
3 Federal Sul, quadra dois, bloco "B", Edifício Via Office, térreo, sala cento e quatro,
4 Brasília, Distrito Federal, iniciou-se a vigésima segunda sessão plenária do décimo sétimo
5 plenário do Conselho Federal de Psicologia. Estavam presentes nessa ocasião: Ana Sandra
6 Fernandes Arcoverde Nóbrega, Andréa Esmeraldo Câmara, Célia Zenaide da Silva, Clarissa
7 Paranhos Guedes, Cleia Oliveira Cunha, Elizabeth de Lacerda Barbosa, Fabián Javier Marin
8 Rueda, Iolete Ribeiro da Silva, Júnia Maria Campos Lara, Jureuda Duarte Guerra, Maria
9 Márcia Badaró Bandeira, Marisa Helena Alves, Regina Lúcia Sucupira Pedrosa, Rogério
10 Gianni, Paulo José Barroso de Aguiar Pessoa, Paulo Roberto Martins Maldos, Pedro Paulo
11 Gastalho de Bicalho, Rosane Lorena Granzotto, Sandra Elena Sposito. INFORMES: 1.
12 Recomposição da CONPAS: Andréa Esmeraldo Câmara informou que a recomposição da
13 CONPAS - Comissão Nacional de Psicologia e Assistência Social já havia sido autorizada
14 pelo Plenário e foram incluídos três novos membros: Joari Aparecido Soares de Carvalho,
15 de São Paulo; Leandro Walter, do Rio Grande do Sul; e Verena Souza Souto, da Bahia. Nos
16 dias doze e treze de outubro haverá a primeira reunião presencial do grupo. 2. VI Seminário
17 e VI Plenária do FNTSUAS: Andréa Esmeraldo Câmara informou que o evento aconteceu
18 em Belém-PA e foi muito intenso, pois contou com a Primeira Mostra de Práticas de
19 Psicologia e Assistência Social. A Conselheira sugeriu o envio de ofício ao CRP-10/PA/AP
20 extensivo ao FETSUAS - PA (Fórum Estadual de Trabalhadores do Sistema Único de
21 Assistência Social), pelo empenho na organização do evento e disponibilidade de todos os
22 conselheiros e colaboradores do CRP na organização. Andréa Esmeraldo Câmara agradeceu
23 o comprometimento dos profissionais do CFP que trabalharam para esse evento, Rafael
24 Taniguchi e Daniel Arruda, da Gerência de Relações Institucionais. Andréa Esmeraldo
25 Câmara destacou também o apoio da conselheira Jureuda Duarte Guerra. 3. 4º Congresso da
26 Ordem dos Psicólogos Portugueses: Ana Sandra Arcoverde Nóbrega informou que ela e
27 Rogério Giannini participaram do 4º Congresso da Ordem dos Psicólogos Portugueses entre
28 os dias onze e catorze de setembro. Ela contou que na ocasião, os conselheiros tomaram
29 conhecimento de que o CFP, apesar de ter feito um compromisso em 2013, nunca

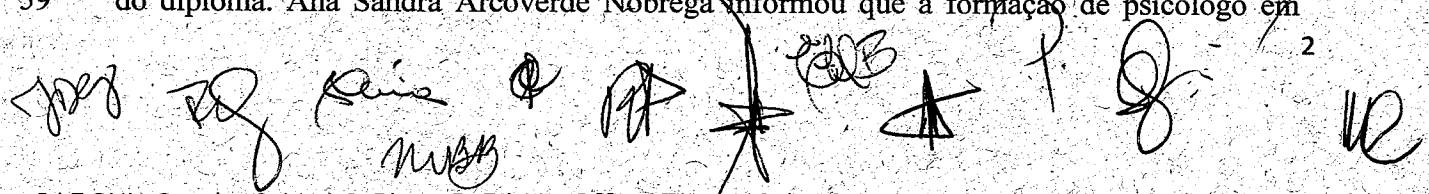
30 contribuiu financeiramente para o funcionamento da PSI-PLP – Psicologia nos Países de
31 Língua Portuguesa. Assim, diversas despesas para manutenção dessa federação estavam
32 sendo custeadas unicamente pela Ordem dos Psicólogos Portugueses - OPP, como o aluguel
33 de uma sala em Lisboa, por exemplo. Nesse mesmo congresso haveria também uma reunião
34 para encerramento da PSI-PLP, tendo em vista o contexto colocado, de falta de interesse
35 dos demais países que se comprometeram com a Ordem dos Psicólogos Portugueses. Ana
36 Sandra Arcoverde Nóbrega explicou que a atual gestão do CFP dialogou com a Ordem dos
37 Psicólogos Portugueses assim que tomou posse, e informou que não tinha interesse de
38 participar da federação no formato em que se encontrava, uma vez que aceitava somente
39 conselhos e sindicatos, sem o reconhecimento de outras entidades da Psicologia Brasileira,
40 como as do FENPB – Fórum de Entidades da Psicologia Brasileira. Ana Sandra Arcoverde
41 Nóbrega informou que nesse quarto congresso da OPP, houve oportunidade de tratar desse
42 assunto e ficou evidente que o maior interesse na criação da PSI-PLP em 2011/2012,
43 aproximadamente, era facilitar o livre trânsito de psicólogos brasileiros e portugueses nos
44 dois países. Entretanto, para o exercício de psicólogos estrangeiros no Brasil, a legislação
45 brasileira exige a revalidação do diploma em universidade reconhecida pelo Ministério da
46 Educação – MEC. Por isso, não só a OPP, como o presidente de Portugal têm interesse em
47 retomar o diálogo com o CFP e outros órgãos do Brasil, para verificar formas de criação de
48 um protocolo que facilite esse trânsito entre os psicólogos dos dois países. De acordo com a
49 OPP, atualmente há, por semana, cerca de oito psicólogos brasileiros pedindo para atuar em
50 Portugal, país que conta com 22 mil psicólogos portugueses registrados na OPP. O Brasil
51 também já viveu esse fenômeno, pois em certos momentos já houve grande procura de
52 psicólogos portugueses no Brasil. Assim, a partir dos diálogos realizados nas reuniões desse
53 congresso da OPP, pretende-se criar um grupo de trabalho com membros do Brasil e de
54 Portugal para sistematizar uma proposta que facilite o exercício dos profissionais nos dois
55 países. Após a criação dessa proposta, a OPP divulgará aos portugueses que está realizando
56 esse pacto, pois, de acordo com a OPP, os psicólogos portugueses sofreram muito com o
57 tratamento dispensado pelos Conselhos Regionais de Psicologia no Brasil, uma vez que os
58 CRPs teriam omitido informações simples, sobre, por exemplo, como conseguir a validação
59 do diploma. Ana Sandra Arcoverde Nóbrega informou que a formação de psicólogo em

D3

Paul

D

Adriano



60 Portugal é de seis anos e há muitas semelhanças com a formação do Brasil, portanto, há
61 confiança de Portugal em reconhecer os diplomas brasileiros e aceitar o trabalho de
62 psicólogos brasileiros. 4. VII Congresso da ALFEPSI: Pedro Paulo Bicalho informou que o
63 evento aconteceu pela primeira vez no Brasil, no Rio de Janeiro, e foi a maior edição do
64 congresso da Alfepsi, com 582 inscritos, advindos de Cuba, Uruguai, Costa Rica, Peru,
65 Colômbia, Chile, México e Brasil. Pedro Paulo Bicalho acrescentou que o pagamento da
66 inscrição foi isento para alunos cotistas. O congresso teve transmissão e contou com o total
67 de oitenta mil pessoas assistindo. O próximo congresso será em Medelin, na Colômbia. Os
68 conselheiros falaram brevemente acerca dos elogios recebidos sobre o evento e
69 parabenizaram o conselheiro Pedro Paulo Bicalho pela organização. 5. Eventos CFP: Miraci
70 Mendes, Coordenadora Geral do CFP, informou que há orientação do Tribunal de Contas da
71 União - TCU para que a emissão de passagens se dê com o mínimo de vinte dias de
72 antecedência. Um prazo menor que esse pode ser praticado somente em casos de urgência e
73 emergência, o que deve ser justificado. 6. CNPIR: Célia Zenaide da Silva informou que foi
74 publicado o edital da CNPIR – Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial e o
75 CFP faz parte da Comissão Eleitoral. Ela explicou que isso não impede a participação do
76 CFP no Conselho, de modo que o CFP irá pleitear uma vaga. PONTOS DE PAUTA: 1.
77 Minutas das atas da 16ª Plenária (23, 24 e 25/03/2018): As atas foram aprovadas por
78 unanimidade. 2. Atas da 21ª Plenária (31/08 e 01/09/2018): As atas foram aprovadas por
79 unanimidade. 3. Apaf: Pedro Paulo Bicalho apresentou a linha do tempo da Apaf de
80 dezembro. Em seguida, ele explicou que todos devem verificar os pontos remanescentes, e
81 decidir quais devem ser retirados e quais devem ser mantidos, além de definir se há
82 necessidade de novos pontos de pauta. Foi encaminhado que o assunto deve ser discutido na
83 próxima plenária. O Conselheiro também lembrou que os Grupos de Trabalho são pontos de
84 pauta fixos na Apaf e é preciso definir quais serão os materiais de subsídio de cada GT.
85 Andréa Esmeraldo Câmara informou que está concluindo os trabalhos relativos à Resolução
86 CFP nº-007/2003 que “Institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos
87 pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica e revoga a Resolução CFP nº 17/2002”,
88 com auxílio de Jureuda Guerra, Júnia Lara, Aluizio Lopes, Fabian Rueda e Daniela Zanini.
89 Andréa Esmeraldo Câmara solicitou que o ponto seja incluído na pauta da Apaf e informou

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signatures and initials

90 que realizará uma reunião telefônica na próxima semana para fechar a redação e os últimos
91 detalhes da resolução para vir para a plenária do CFP de outubro. Explicou que a proposta é
92 discutir previamente a resolução com os CRPs, para que na Apaf a resolução possa ser
93 aprovada. Fabián Javier Marin Rueda lembrou que na última plenária já foi aprovada a
94 inclusão da revisão da Resolução CFP nº 07/2009 que “ Revoga a Resolução CFP nº
95 012/2000, publicadas no DOU do dia 22 de dezembro de 2000, Seção I, e institui normas e
96 procedimentos para a avaliação psicológica no contexto do Trânsito”. 4. Avaliação de
97 propostas do GT Atuação da Psicologia no Sistema Prisional: Maria Márcia Badaró
98 Bandeira informou que o GT se reuniu e concluiu uma pesquisa no âmbito da execução
99 penal. A reunião foi produtiva e o documento se relaciona com a atualização das referências
100 do Crepop. Ela explicou que será feita a tabulação da parte qualitativa por meio de
101 consultores que serão contratados via processo licitatório. Assim, pediu celeridade nos
102 trabalhos relativos à licitação. Maria Márcia Badaró Bandeira informou que foi feita uma
103 releitura de todas as demandas da Apaf para esse GT e essa pesquisa é apenas parte do
104 trabalho, que é o levantamento da situação dos psicólogos. Uma proposta que surgiu no GT
105 é de realização de reunião, em 26 de novembro, com presença de representantes do sistema
106 prisional indicados pelos CRPs. Maria Márcia Badaró Bandeira contou também que o GT
107 pretende fazer um diálogo digital após essa reunião e perguntou se para isso seria necessário
108 consultar a Apaf ou se a atividade estaria englobada nas tarefas já delegadas para o GT. O
109 Plenário entendeu que o diálogo proposto cabe no escopo das tarefas definidas para o GT
110 em Apaf. 5. Política Nacional de Assistência Social no Sistema Prisional – Depen: Maria
111 Márcia Badaró Bandeira informou que o CFP foi convidado a participar de uma reunião
112 para a construção de uma Política Nacional de Assistência Social no Sistema Prisional,
113 assim como foi construída a política de saúde. A atividade aconteceu no dia 24 de setembro
114 e, na ocasião, os presentes informaram que enviaram convite ao CFP e estranharam porque
115 até a véspera do evento, não houve nenhuma confirmação do Conselho. Assim, Maria
116 Márcia Badaró Bandeira solicitou verificação na Secretaria Executiva do CFP e demais
117 setores, para entender o que aconteceu. A Conselheira informou que está prevista outra
118 reunião para outubro ou novembro e sugeriu que possa participar junto com uma
119 conselheira que acompanhe a temática de assistência social na plenária. Andréa Esmeraldo

D3

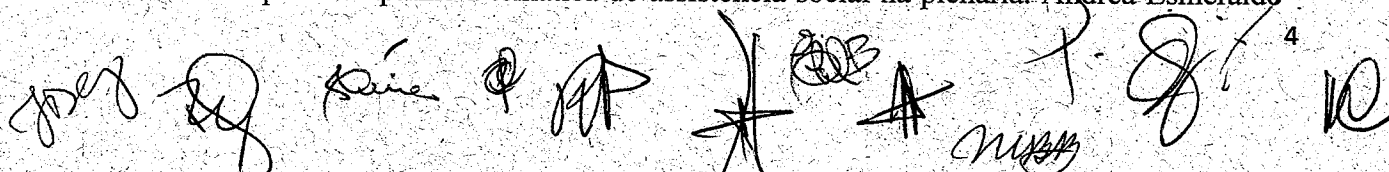
Paul

D

Atividade

4

10



120 Câmara corroborou a necessidade de o CFP participar e enfatizou que esse trabalho irá
121 definir parâmetros para a atuação. Ela informou que pautará o assunto para a próxima
122 reunião da Conpas e, em seguida, indicará um representante para acompanhar Márcia
123 Badaró. 6. Reunião de Escuta Especializada com o Conselho Federal de Serviço Social -
124 CFESS 24/09/2018: Iolete Ribeiro da Silva informou que aconteceu no CFP, dia 24 de
125 setembro, uma reunião solicitada pelo CFESS – Conselho Federal de Serviço Social sobre
126 escuta especializada. Ficou combinado que os conselheiros do CFESS e do CFP realizarão
127 ações conjuntas em relação ao tema da escuta especializada, em virtude da preocupação
128 com a forma com que a escuta está sendo implementada no país a partir da lei, a qual
129 deixou alguns pontos confusos, sem uma evidente definição de quem deve fazer exatamente
130 o que. Iolete Ribeiro da Silva contou que tem acontecido um movimento nos estados para a
131 normatização da escuta como um tipo de oitiva, o que contraria o que é defendido pelo CFP
132 e o que está colocado na lei. A Conselheira explicou que a escuta não deve servir para
133 produzir prova, mas sim para definir as medidas protetivas para a criança. Iolete Ribeiro da
134 Silva explicou que a motivação do CFESS é a necessidade de definir a interpretação dessa
135 escuta, pois já existem projetos para definir o fluxo dos procedimentos de escuta no país.
136 Ela complementou que participaria de uma reunião no Ministério Público de Fortaleza-CE,
137 no dia cinco de setembro, em que seria apresentada uma proposta de regulamentação
138 nacional de fluxo da escuta. Entretanto, a própria Iolete Ribeiro da Silva não foi e a
139 psicóloga Esther Arantes representou o CFP. Na ocasião, o Conanda - Conselho Nacional
140 dos Direitos da Criança e do Adolescente também esteve presente. A partir da informação
141 de que o Conanda já tinha uma minuta de regulamentação, o Ministério Público recuou e
142 está aguardando receber esse documento do Conanda. Ela acrescentou que a minuta está na
143 Casa Civil, mas, por enquanto, apenas o Ministério de Direitos Humanos e o Ministério da
144 Educação se manifestaram, de modo que ainda falta o posicionamento de três ministérios,
145 que assinarão o documento junto com o presidente. Iolete Ribeiro da Silva explicou que as
146 equipes técnicas desses ministérios já se colocaram favoráveis ao texto, faltando apenas a
147 assinatura dos ministros. O Conanda fará cobrança a esses ministros. Com isso, vislumbra-
148 se uma forma de proteção aos profissionais que estão na rede de proteção. Ela ressaltou que
149 o texto aprovado no Conanda é o melhor por enquanto, pois respeita as diretrizes de cada

150 política. Iolete Ribeiro da Silva informou que a proposta trazida pelo CFESS é no sentido de
151 trabalhar com dois documentos: o primeiro para levantar marcos normativos da política de
152 assistência social e de saúde e, a partir daí, demarcar o que cabe a cada política,
153 distinguindo o que é o papel dos psicólogos e dos assistentes sociais em cada política; e o
154 segundo documento, sobre revitimização. Iolete Ribeiro da Silva explicou que justificativa
155 da lei é que ela evita a revitimização, mas o CFP e o CFESS entendem que na verdade, ela
156 não evita, pois a revitimização não é apenas a pessoa ser ouvida mais de uma vez. Assim, a
157 Conselheira perguntou se há autorização para dar seguimento a essas duas atividades. A
158 proposta foi aprovada por unanimidade. 7. Projeto de ação sobre escuta especializada e
159 depoimento especial: Iolete Ribeiro da Silva informou que aconteceu uma reunião em
160 dezenove de setembro com Cristiane Faiad, da UNB (Universidade de Brasília) e do Ibp
161 (Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica); Esther Arantes, da UERJ (Universidade do
162 Estado do Rio de Janeiro); e Silvia Inez, autora do documentário para tratar de estratégias
163 em relação aos dois temas: depoimento especial e escuta especializada, a partir da
164 conceituação desses termos. Iolete Ribeiro da Silva informou que, por sugestão de Fabián
165 Rueda, buscou informações sobre ex-presidentes da ABPJ para auxílio nessa tarefa,
166 entretanto, o posicionamento deles parece ir de encontro ao do plenário. Na reunião foram
167 propostas algumas produções, incluindo três livros. Foi indicada também a necessidade de
168 resgatar três vídeos, que precisam ter mais visibilidade, os quais são de 2014, não tiveram
169 divulgação, mas o conteúdo continua atual. Iolete Ribeiro da Silva informou que após a
170 aprovação da lei, não foi produzido nenhum material. Por isso, foram feitas as seguintes
171 propostas: livreto com histórico da discussão no Sistema Conselhos de Psicologia sobre o
172 depoimento, com textos de aproximadamente dez páginas, cujos autores convidados seriam
173 Ana Luiza de Souza Castro; Alexandre Moraes Rosa Alexandra Costa; Esther Arantes;
174 Adriana Olinda; Erivã Velasco (que era do CFESS na época); e Leila Torraca. O segundo
175 documento seria uma análise da lei, no formato de lei comentada, discutindo sobre as
176 práticas éticas e políticas. Para esse material foram indicados os seguintes colaboradores:
177 Sílvia Inez; Adriana Fortunato; Cristiana Cordeiro; Saulo de Carvalho; Leila Torraca e
178 Pedro Paulo Bicalho. Iolete Ribeiro da Silva explicou que essa publicação poderia ser um
179 dossiê da Revista Ciência e Profissão, em que se convidaria as pessoas para escreverem os

DS

pt

D

Murilo

7

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like Murilo and others.

180 artigos sobre o tema, caso seja viável a proposta do dossiê. Caso negativo, a produção seria
181 no formato de livro. Regina Pedroza informou que já existe um protocolo feito pela
182 Cristiane Faiad para policiais seguirem, para fazer o depoimento. Ela contou que isso lhe
183 causou estranheza, pois vai num sentido diferente do que Iolete Ribeiro da Silva costuma
184 defender. Iolete Ribeiro da Silva explicou que estão fazendo formação com policiais para
185 tomarem depoimentos e o CFP defende isso sim, pois policiais devem tomar depoimentos,
186 enquanto psicólogos devem realizar o trabalho de escuta. Iolete Ribeiro da Silva explicou
187 que a Childhood adota um protocolo de uma ONG – Organização Não Governamental dos
188 Estados Unidos que tem sido referência para vários países, entretanto, não há nenhuma
189 adaptação para a realidade desses países. Assim, a Cristiane Faiad tem desconstruído essa
190 ideia de protocolo único e tem trabalhado em pesquisas para adaptar um instrumento ao
191 contexto brasileiro. Iolete Ribeiro da Silva lembrou que a nota técnica aprovada na Apaf
192 afirma que não podemos ter um protocolo único, que seria o dos Estados Unidos. Após
193 responder a pergunta, Iolete Ribeiro da Silva continuou explicando o projeto de ação sobre
194 escuta especializada e depoimento especial. A terceira produção seria um documento
195 publicado junto com a Abep – Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, o Ibp –
196 Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica e a Asbro – Associação Brasileira de
197 Rorschach e Métodos Projetivos com orientações para cursos de graduação sobre avaliação
198 psicológica de crianças e adolescentes em situação de violência. O quarto documento seria
199 um livro sobre direitos sexuais de crianças e adolescentes, porque hoje não existe uma pauta
200 afirmativa sobre esses direitos para proteção da infância, de modo que é preciso qualificar
201 as políticas públicas desse campo, hoje restritas ao combate da violência. Por último, foi
202 proposta a republicação do texto do Vanderlino Oliveira Neto contando com colaboração
203 também de Sandra Spósito, Ana Paula Uziel, Giovana Cambronni e outros. Iolete Ribeiro
204 da Silva lembrou que existem vídeos de 2014 que tiveram pouca visibilidade e que
205 continuam atuais, de modo que há o projeto de retomar esses vídeos para divulgar no site do
206 CFP e atualizar o hotsite sobre crianças e adolescentes. Ela informou também que há no
207 projeto ideias relativas a publicação de gifs, mas precisam ser mais desenvolvidas. Jureuda
208 Duarte Guerra corroborou a necessidade de atualização do tema e tomada das providências
209 sugeridas. Enfatizou a necessidade de publicação para dialogar com a academia ou no

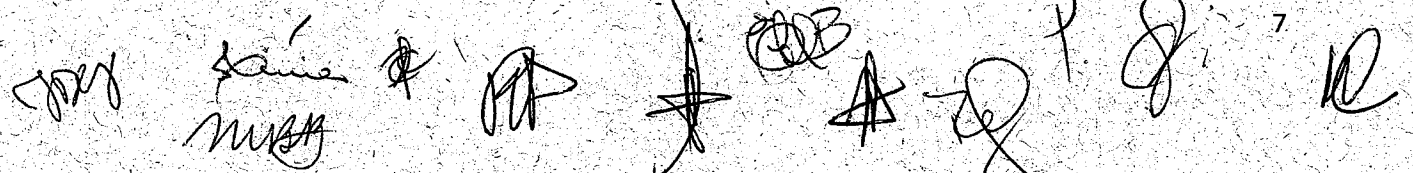
PL

Jud

D

Muraw

7



210 formato de livro ou de revista. Iolete Ribeiro da Silva explicou que a ideia de ser revista
211 responderia às críticas de que o CFP se posiciona sobre o tema sem qualquer cientificidade
212 e as revistas possuem normas para a aprovação de artigos, de modo que traria esse aspecto
213 para subsidiar o CFP. 8. Alienação parental – projeto de mobilização e debate com CRPs e
214 categoria: Iolete Oliveira da Silva informou que o tema da alienação mobiliza profissionais
215 de várias áreas, especialmente psicologia e direito, e pais que lutam pela guarda dos filhos.
216 No entanto, não há um acúmulo sobre o tema no Sistema Conselhos de Psicologia, apenas
217 uma manifestação em virtude de um projeto de lei de 2010. Lembrou que o debate ficou
218 muito vinculado ao movimento de pais separados, que criticam o movimento feminista. Na
219 época, o Congresso Nacional atendeu a demanda desses pais, usando a ideia da síndrome de
220 alienação parental, que é um conceito que não faz parte de nenhum código de classificação
221 de doenças. O CFP se colocou contrário a isso naquele momento. Após a aprovação da lei
222 de alienação parental no Brasil, a justiça se apropriou do conceito, e não se discute se é
223 patologia ou não. O termo se tornou um conceito jurídico, que acaba sendo muito utilizado
224 na psicologia. Lembrou que no CFP há muitos processos éticos que fazem referência ao
225 termo alienação parental. Por isso, destacou a necessidade de iniciar o debate no Sistema
226 Conselhos de Psicologia, para tanto, o ponto deve ser pautado para a próxima Apaf, no
227 intuito de desencadear ações para a produção de um posicionamento sobre o assunto.
228 Iolete Ribeiro da Silva informou que o CFP já realizou reunião sobre isso e, na ocasião, os
229 especialistas presentes sugeriram convidar pessoas que trabalham no campo, entretanto,
230 considerando que o Sistema Conselhos de Psicologia costuma ser criticado por ouvir apenas
231 quem tem posicionamento semelhante ao seu, existe a ideia de se trabalhar com textos
232 geradores para o debate, que teriam tanto as posições de crítica quanto as de defesa do
233 conceito. Esse documento de textos geradores teria três partes: a primeira relativa à
234 genealogia do conceito de alienação parental e da síndrome, abordando também a aplicação
235 da lei no exterior, a revogação de lei em vários países, a questão da patologização e
236 medicalização. Seriam convidadas pessoas que problematizam esse conceito. A segunda
237 parte abordaria alienação parental e normativas com histórico sobre a aplicação da lei. A
238 terceira parte seria sobre a prática da psicologia frente à alienação parental. As sugestões
239 apresentadas por Iolete Ribeiro da Silva foram aprovadas. 9. Minuta de parecer sobre

PL

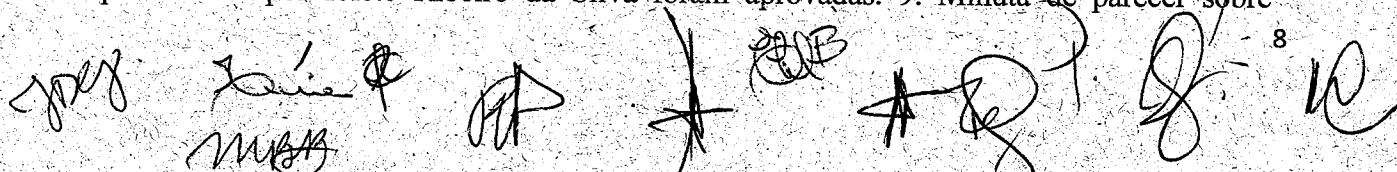
ful

D

Murilo

7

8



240 alienação parental: Iolete Ribeiro da Silva informou que a Secretaria dos Direitos da Mulher
241 da Câmara dos Deputados convidou o CFP a compor um grupo para debater estratégias
242 capazes de mitigar efeitos ruins da Lei nº 12318, de 26 de agosto de 2010, também chamada
243 de Lei da Alienação Parental. O PL nº 10712 de 2018, da deputada Soraya Santos quer fazer
244 alterações na Lei. Assim, a conselheira apresentou a minuta do parecer e ficou combinado
245 que o CFP vai informar que está construindo esse documento para responder as solicitações
246 posteriormente. Ficou definido que os conselheiros devem olhar a versão mais recente do
247 parecer no SEI USAR! – Sistema Eletrônico de Informações. 10. Procedimentos no SEI
248 USAR! Para o julgamento de processos éticos: Daniel Arruda, da Gerência de Relações
249 Institucionais do CFP, informou que todos receberam um tutorial sobre os procedimentos
250 para o uso do SEI no julgamento de processos éticos, ele explicou na prática como usar a
251 ferramenta. 11. Edital de apoio para eventos técnicos e/ou científicos - 2019: Marisa Helena
252 Alves informou que esse edital foi realizado no ano anterior e chegaram várias dúvidas no
253 processo de avaliação dos projetos. Diante disso, a comissão fez alguns ajustes ao edital. A
254 conselheira apresentou os pontos de modificação sugeridos. As alterações foram registradas
255 em documento do SEI USAR! As dezenove horas e vinte minutos, foi encerrada a sessão
256 plenária. Esta ata foi lavrada por mim, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Conselheiro-
257 Secretário do CFP, a qual foi lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e
258 referenciados.

Asterisks
Maria
José
Juliana Duarte Guerra
José
Blanca
Carolina
Secretária do CFP
9
DELTA